

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABELVU.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2410172095M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

5º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Superior Tribunal de Justiça
STJ

CARGO:

Cargo 19: Analista Judiciário

ÁREA:

Judiciária

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

STJ – 5º SIMULADO – CARGO 19: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

Texto 1

1 A importância do Direito Administrativo pode ser percebida em nosso cotidiano pelas normas que asseguram a prestação de serviços públicos (como saúde, educação, transporte, água e luz), o uso de bens públicos (praças, ruas e telefones públicos) e a manutenção da convivência harmoniosa entre os cidadãos (exercício da

5 polícia administrativa sobre os bens, direitos e atividades).

Para compreender o Direito Administrativo, é necessário relembrar uma parte das aulas de história. No século XVIII, Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado, de maneira a limitar o Absolutismo vigente, favorecendo a liberdade e o bem-estar dos cidadãos. Essa separação é uma das bases do chamado Estado de Direito e é adotada por todos os países democráticos.

Embora a função de editar normas esteja concentrada no Legislativo e a de executar tarefas administrativas, seja típica do Executivo, tais funções não se limitam a um ou outro Poder. Assim, a função normativa também é exercida por entidades executivas, como a Presidência da República, os Ministérios, as Secretarias e as Autarquias. De igual modo, funções administrativas são executadas

15 pelos Legislativo e pelo Judiciário. Isso se vislumbra, por exemplo, quando tais poderes punem seus servidores com base em normas administrativas disciplinares ou realizam licitações.

As atividades administrativas estão presentes, portanto, em todos os Poderes do Estado. Nomear servidores, celebrar contratos, adquirir e administrar bens são atividades tipicamente administrativas necessárias para o funcionamento de toda e qualquer instituição pública. Por conseguinte, o direito administrativo não se restringe ao âmbito do Poder Executivo apenas.

25

Sem prejuízo, é certo que o direito administrativo tem especial importância para as entidades, órgãos e autoridades do Executivo, pois é ele, como dito, que detalha e executa grande parte das políticas públicas, desde a área da educação, passando pela cultura, saúde, ciência e tecnologia, até os setores mais específicos de planos de saúde, telecomunicações etc.

30

Disponível em: https://ted.iqsc.usp.br/files/2015/03/Manual_direito_Administrativo_FEA.pdf. Acesso em: 10 out 2024. (Com adaptações)

Considerando o texto 1, julgue os itens quanto à compreensão, tipologia e ortografia.

- 1 O Direito Administrativo se limita à atuação do Poder Executivo, pois sua função é de executar políticas públicas e regular serviços como educação, saúde e cultura.
- 2 A teoria da tripartição dos poderes, elaborada por Montesquieu no século XVIII, foi concebida para restringir o absolutismo e assegurar a liberdade e o bem-estar dos indivíduos.

3 O Direito Administrativo, embora se manifeste nos três Poderes, é diretamente responsável pela formulação de políticas públicas, o que evidencia uma sobreposição funcional do Poder Executivo sobre os demais, especialmente em temas relacionados à educação, saúde e telecomunicações.

4 O texto apresentado pode ser classificado como um texto expositivo, pois seu objetivo principal é explicar de forma objetiva e detalhada o conceito de Direito Administrativo e sua aplicação nos diferentes Poderes do Estado.

5 No trecho “favorecendo a liberdade e o bem-estar dos cidadãos”, o uso do hífen em *bem-estar* está correto, enquanto na palavra *telefones públicos* o uso do hífen seria obrigatório, de acordo com as regras ortográficas que regulam palavras compostas.

Ainda com base no texto 1, julgue os itens que se seguem quanto aos aspectos linguísticos.

6 O trecho “No século XVIII, Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado” mantém o mesmo sentido e a correção gramatical, se assim reescrito: **Durante o Iluminismo, Montesquieu propôs, em sua obra magna *O Espírito das Leis*, o princípio da divisão dos poderes estatais, consolidando uma das premissas fundamentais da organização jurídica contemporânea.**

7 A passagem “As atividades administrativas estão presentes, portanto, em todos os Poderes do Estado” pode ser reescrita em uma linguagem mais coloquial e informal da seguinte maneira: **Sendo assim, todo tipo de trabalho administrativo acontece nos três poderes do governo.**

8 O trecho “Montesquieu desenvolveu na obra *O Espírito das Leis*, a Teoria da Tripartição dos Poderes do Estado” está predominantemente marcado pela função referencial da linguagem, pois foca explicar e descrever conceitos sem a presença de elementos interpretativos ou de linguagem voltada para si mesma.

9 No trecho “Sem prejuízo, é certo que o direito administrativo tem especial importância para as entidades, órgãos e autoridades do Executivo”, a expressão **Sem prejuízo** pode ser corretamente substituída por **Contudo**, mantendo-se o sentido original do texto.

Texto 2

Iconha

1 Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam. O sol se esconde, Iconha vai jantar. Quando passamos de volta, ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos.

5 Iconha – como isso era longe, na minha infância. Lembro-me de um menino que me espantou porque viera de uma fazenda “pra lá de Frade, para além do Rio Novo, em Iconha, perto de Piúma...”

Eu pensava ir a Iconha tão vagamente como hoje penso em ir ao Tibete. E agora, depois de uma rápida voada em automóvel, descobro que estou em Iconha.

10 Não é muita coisa: quase apenas uma rua, uma casa bonita, dessas que se faziam no fim do século, sólidas, sóbrias e dignas, sem entretanto o ar comercial e horrendo dessas casas “modernistas” de platibandas retangulares que hoje infestam Cachoeiro e todo o interior do Brasil.

15 Mas Iconha me encanta pelo seu milagre pastoril. A pracinha é dominada por um morro alto, muito verde, cortado diante de nós por um talude de terra vermelha. E lá em cima pastam dez a doze bois brancos. Eles dominam assim o centro da cidade; no fim da rua há outro morro alto povoado por outros bois brancos. Atrás deles o céu muito azul, com algumas nuvens redondas. De repente, na curva do morro, contra o céu, passa de crinas ao vento um cavalo preto, de um preto intensamente luminoso nesta tarde já chovida que o sol veio de despedir. Pode ser um cavalo pequeno e magro; mas assim, no alto, entre esses sossegados bois brancos, é uma aparição de sonho.

25 Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam. O sol se esconde, Iconha vai jantar.

Quando passamos de volta, ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos.

30 Abril, 1951.

Rubem Braga.

Disponível em: <https://www.iconha.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/voce-conhece-a-cronica-iconha-escrita-por-rubem-braga-em-1951-confira/98448>. Acesso em: 10 out 2024.

Considerando apenas o texto 2, julgue os itens abaixo.

- 10 A descrição do cavalo preto “de um preto intensamente luminoso nesta tarde já chovida” sugere que o cavalo, apesar de pequeno e magro, possui uma imponência inesperada, uma vez que ele contrasta com a tranquilidade da cena pastoril, rompendo a expectativa de uma paisagem serena.
- 11 No trecho “Pode ser um cavalo pequeno e magro; mas assim, no alto, entre esses sossegados bois brancos, é uma aparição de sonho.”, o uso do ponto e vírgula está inadequado e deveria ser substituído por uma vírgula para evitar uma pausa excessiva na leitura.
- 12 No trecho “E agora, depois de uma rápida voada em automóvel, descobro que estou em Iconha”, a conjunção “E” está indevidamente utilizada, uma vez que tem valor de adição, portanto deveria estar conectada a outra oração.
- 13 No trecho “Iconha vai jantar”, o uso da crase seria obrigatório caso fosse inserida a preposição “a” antes do verbo, resultando em **Iconha vai à jantar**.

- 14 No trecho “Chegam homens da roça, os botequins de cachaça se animam”, a concordância dos verbos “chegam” e “se animam” está correta, uma vez que ambos os sujeitos, “homens da roça” e “os botequins”, estão no plural.
- 15 Se o autor quisesse expressar uma ideia de incerteza ou hipótese sobre a viagem a Iconha, o trecho “descubro que estou em Iconha” deveria ser transformado em **Se eu descobrisse que estava em Iconha**.
- 16 No trecho “Ela está adormecida sob as estrelas, abençoada pelos seus bois brancos”, o termo “abençoada” desempenha a função de predicativo do sujeito, enquanto “sob as estrelas” atua como um adjunto adverbial de lugar.
- 17 Na frase “A casa que se fazia no fim do século”, o pronome relativo “que” introduz uma oração adjetiva que especifica “a casa” e o pronome apassivador “se” indica que a ação de “fazer” é realizada pela própria casa, caracterizando uma ação passiva.
- 18 Na frase “Ele se referiu à questão com muito cuidado”, a crase, fusão da preposição “a” com o artigo definido feminino “a”, está corretamente utilizada para indicar a regência do verbo “referir-se” (VTI).
- 19 Na frase **Vossa Excelência, informo que o projeto de lei será apreciado na próxima sessão**, o uso do pronome de tratamento está correto, pois é uma forma adequada em documentos oficiais de se dirigir a autoridades do alto escalão dos três poderes.
- 20 A ata é um ato oficial administrativo que consiste no registro sucinto, escrito, das decisões e dos acontecimentos havidos em reunião, congressos, mesa-redonda etc. O texto é escrito seguidamente, sem rasuras, entrelinhas ou entradas de parágrafos.

Noções de Direitos Humanos

Alice Rocha

Em relação à teoria geral e afirmação histórica dos direitos humanos, julgue os itens subsequentes.

- 21 A primeira fase de internacionalização da proteção dos direitos humanos foi marcada por três tendências: o fim da Segunda Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas e o estabelecimento da Declaração Universal de Direitos Humanos.
- 22 A efetiva internacionalização dos direitos humanos aconteceu com a aprovação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, em 1948, constituindo-se o marco inicial da nova fase histórica que se encontra em pleno desenvolvimento até os dias atuais.
- 23 Os direitos humanos de segunda geração estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, com o escopo de atenuar as diferenças sociais.
- 24 Alguns direitos humanos são absolutos, não podendo sofrer limitações no caso de confronto com outros direitos, tais como o direito à vida e à integridade física.

Em relação à Política Nacional de Direitos Humanos, julgue os itens subsequentes.

- 25 O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) propõe as penas privativas de liberdade como primeira alternativa, priorizando o encarceramento em detrimento dos mecanismos propostos pela justiça restaurativa.
- 26 As metas, prazos e recursos necessários para a implementação do PNDH-3 serão definidos e aprovados em Planos de Ação de Direitos Humanos bianuais.
- 27 O PNDH-3 inova ao incorporar o meio ambiente saudável e as cidades sustentáveis como Direitos Humanos, propõe a inclusão do item “direitos ambientais” nos relatórios de monitoramento sobre Direitos Humanos e do item “Direitos Humanos” nos relatórios ambientais, assim como fomenta pesquisas de tecnologias socialmente inclusivas.

Sobre os direitos estabelecidos para as pessoas com deficiência, julgue os itens subsequentes.

- 28 De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de médio e longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.
- 29 De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é dever dos Estados-partes estabelecer ações afirmativas e uma política de cotas para que as pessoas com deficiência tenham vagas reservadas nas entidades sindicais ou de representação de direitos trabalhistas.
- 30 Em função dos custos representados pelas adaptações que gerem acessibilidade, as escolas particulares podem cobrar dos estudantes com deficiência mensalidades com valores maiores que os das mensalidades cobradas de estudantes sem deficiência.

Ética no Serviço Público

Glauber Soares

Texto 3

O serviço público é uma vocação profissional. Vocação pelo caráter nobre da atividade: servir uma comunidade e promover o bem comum são missões honradas e dignificantes. Vocação porque exige desprendimento: por mais bem pago que seja, o serviço público jamais será o lugar ideal para quem busca o mais alto retorno que o mercado de trabalho pode oferecer. Desprendimento não significa ausência de uma ambição salutar. Trata-se de uma ambição de natureza distinta daquela que se espera nos negócios privados: estamos falando do desejo de tornar a sua cidade, estado ou país um lugar melhor de se viver, da vontade de enfrentar os desafios que essa meta impõe, e da necessidade de ser reconhecido por isso.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3043>. Acesso em: 18 out. 2024.

Com base no texto 3, julgue os itens a seguir.

- 31 O funcionalismo público é regido por princípios éticos que se materializam a partir da adequada prestação dos serviços à população.
- 32 Em situações específicas, o agente público poderá omitir a verdade, em especial, nos casos de atendimento à finalidade administrativa – o interesse público.
- 33 Figura como dever dos servidores públicos o exercício das prerrogativas dos cargos com a estrita moderação. Desse modo, é uma obrigação ética se abster, de modo absoluto, do uso dessas prerrogativas de maneira contrária ao bem comum, mesmo que observadas as formalidades legais.
- 34 Consta como dever de agentes públicos utilizar vestimentas adequadas ao exercício das funções.
- 35 É vedado deixar de utilizar dos conhecimentos que possua quanto ao exercício da função pública.

Lei n. 8.429/1992 e suas alterações

Gustavo Scatolino

Com base na lei de improbidade administrativa, julgue os itens abaixo.

- 36 A responsabilidade por atos de improbidade administrativa depende da comprovação de dolo, não sendo suficiente a simples voluntariedade do agente.
- 37 Um ato que cause divergência interpretativa da lei, ainda que com direcionamento jurisprudencial pacífico, pode configurar improbidade administrativa.

Informática

Fabricao Melo

- 38 No Explorador de arquivos do Windows 11, é possível renomear uma pasta de nome *GRAN* para GRAN?STJ. Basta clicar sobre ela, pressionar a tecla F2, digitar o novo nome e, logo em seguida, pressionar a tecla ENTER.
- 39 **Situação hipotética:** Givanildo, analista judiciário do STJ passou a trabalhar pela modalidade *home office*. Porém, ficou na dúvida de como iria exercer as suas atividades de casa, pois ainda não tinha conhecimentos sobre essa modalidade de trabalho. **Assertiva:** Givanildo poderá acessar a Intranet do tribunal diretamente da sua casa utilizando um navegador atual sem a necessidade de se preocupar com a segurança no acesso, já que os navegadores atuais já vêm preparados para esse tipo de acesso.
- 40 Ao contratar um serviço de nuvem computacional para efetuar o armazenamento de arquivos pessoais como o Google Drive, um usuário utilizará a modalidade PAAS (plataforma como serviço na nuvem).

- 41 A melhor solução para um sistema infectado por malwares do tipo *Ransomware*, é o pagamento do resgate, para posterior recuperação dos dados criptografados.
- 42 No MS-TEAMS, as pessoas não podem ser adicionadas a um canal sem adicioná-las à equipe.
- 43 No OneDrive não é permitido o compartilhamento de arquivos armazenados no Cofre Pessoal.
- 44 No Word 365, é possível a inserção de índices e sumários automáticos por meio da guia INSERIR.

Normativos Internos do STJ

Mário Elesbão

- 45 Uma das hipóteses em que o STJ julgará recurso especial se refere a um julgado de Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.
- 46 É atribuição do presidente do STJ proferir, no Plenário e na Corte Especial, o voto de desempate.
- 47 Compete ao relator, antes da distribuição, apreciar e homologar pedidos de desistência, de autocomposição das partes.
- 48 Nas sessões de julgamento, havendo juiz convocado, este tomará o lugar do Ministro o qual está substituindo na Turma ou na Seção.
- 49 No STJ, há órgãos julgadores virtuais correspondentes à Corte Especial, às Seções e às Turmas, com a finalidade de julgamento eletrônico de recursos, que podem ser: embargos de declaração, agravo interno, agravo regimental e apelação civil.
- 50 O “Exequatur” é uma autorização para que uma sentença estrangeira ou um pedido formulado por autoridade estrangeira por carta rogatória seja cumprido no Brasil.
Tomando o enunciado acima como correto e de acordo com o Regimento Interno do STJ, pode-se afirmar que compete ao relator conceder *exequatur* a cartas rogatórias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

- 51** O Direito Administrativo é de ramo público, ramo clássico, que apresenta um conjunto de normas, princípios e sistemas para o funcionamento estatal e da máquina administrativa.
- 52** A moralidade e a legalidade são princípios constitucionais, que, na imensa maioria das vezes, se completam, e sempre produzirão os mesmos efeitos para os administrados.
- 53** A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é uma organização sem fins lucrativos, desenvolve atividades públicas voltadas para o bem-estar social, por meio de uma administração privada. É uma organização do terceiro setor, assim como associações, ONGs, fundações, redes, institutos e outros, sendo estes exemplos mais comuns.
- 54** Autarquias e fundações são tecnicamente entidades descentralizadas da administração direta, dotadas de personalidade jurídica pública, com dinheiro público, e que realizam atividades diretas voltadas ao cidadão.
- 55** O consórcio público é instrumento típico do chamado federalismo de cooperação. As competências dos entes que compõem a Federação brasileira estão definidas no Texto Constitucional, mas há aquelas que se sobrepõem, ou seja, que podem ser exercidas ao mesmo tempo por diferentes entes federativos.
- 56** Como o consórcio público adquire personalidade jurídica – de direito público ou de direito privado – e passa a integrar a administração indireta dos entes consorciados (Lei n. 11.107/2005, art. 6º), sua criação deve dispensar aprovação por lei.
- 57** O prazo decadencial do art. 54 da Lei n. 9.784/1999 se aplica quando o ato a ser anulado afronta diretamente a Constituição Federal.
- 58** É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- 59** É subjetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.
- 60** O Superior Tribunal de Justiça zela para que o titular dos dados pessoais possa usufruir dos direitos a ele assegurados nos arts. 18 a 20 da LGPD.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 61** O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo. É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil. A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.
- 62** A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.
- 63** É incompatível com a Constituição Federal de 1988 a concessão de reajuste remuneratório a servidores do Poder Legislativo — e sua consequente extensão a servidores dos Tribunais de Contas do estado e dos municípios — com base em ato exclusivo exarado pela presidência do órgão, isto é, sem a existência de lei formal específica para esse fim (após a EC n. 19/1998) ou sem resolução previamente deliberada e autorizada pela respectiva Mesa Diretora (antes da EC n. 19/1998).
- 64** São inconstitucionais — por violarem os princípios republicano e democrático — normas estaduais (Constituição, lei e regimento interno) que permitem mais de uma reeleição consecutiva para o mesmo cargo diretivo do Tribunal de Contas local.
- 65** É constitucional — na medida em que configura *discrimen* razoável — lei distrital que estabelece a obrigatoriedade de serem mantidas, no mínimo, 5% (cinco por cento) de pessoas com idade acima de quarenta anos, obedecido o princípio do concurso público, nos quadros da Administração Pública direta e indireta; e ser firmada cláusula, nas licitações para contratação de serviços com fornecimento de mão de obra, que assegure o mínimo de 10% (dez por cento) das vagas a pessoas com mais de quarenta anos.
- 66** É inconstitucional norma de Constituição estadual que estabelece limite etário para aposentadoria compulsória diverso do fixado pela Constituição Federal.
- 67** Compete ao Plenário do STF, processar e julgar agravos internos e embargos de declaração em recursos extraordinários (RE) e em recursos extraordinários com agravos (ARE) interpostos em face de acórdãos proferidos no bojo de ações diretas estaduais, dado o caráter objetivo dessas demandas.
- 68** É constitucional a norma que permite o acesso, por autoridades policiais e pelo Ministério Público, a dados cadastrais de pessoas investigadas independentemente de autorização judicial, excluído do âmbito de incidência da norma a possibilidade de requisição de qualquer outro dado cadastral, além daqueles referentes à qualificação pessoal, filiação e endereço (art. 5º, X e LXXIX, da CF/1988).

- 69** A falta de lei regulamentadora do adicional de penosidade aos trabalhadores urbanos e rurais (CF/1988, art. 7º, XXIII) constitui omissão inconstitucional por parte do Congresso Nacional.
- 70** Constitui assédio judicial comprometedor da liberdade de expressão o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em comarcas diversas, com o intuito ou o efeito de constranger jornalista ou órgão de imprensa, dificultar sua defesa ou torná-la excessivamente onerosa; caracterizado o assédio judicial, a parte demandada poderá requerer a reunião de todas as ações no foro de seu domicílio. A responsabilidade civil de jornalistas ou de órgãos de imprensa somente estará configurada em caso inequívoco de dolo ou de culpa grave (evidente negligência profissional na apuração dos fatos).

Direito Civil

Cristiny Rocha

- 71** Sobre o tema pessoa jurídica e segundo a jurisprudência do STJ, pode-se afirmar que o sócio de pessoa jurídica possui legitimidade ativa para pleitear indenização, em nome próprio, por danos ao patrimônio da empresa, uma vez que é diretamente prejudicado e se poderá contribuir com a restauração do capital social prejudicado.
- 72** Conforme a legislação e os entendimentos jurisprudenciais, julgue o item a seguir.
Os documentos que gozam de fé pública ostentam presunção absoluta de veracidade, motivo pelo qual o juiz, ao apreciar determinado negócio jurídico, deve se valer daquilo que constar do documento registrado.
- 73** Com base na guarda compartilhada, julgue o item abaixo.
A guarda compartilhada é a modalidade de guarda mais adequada para preservar os interesses do menor quando ambos os genitores estiverem aptos e ainda que um deles possua domicílio em cidade diversa.
- 74** Em relação às teorias sobre o dano moral, dano estético e ambiental, julgue o item a seguir.
Ao dano ambiental é admitida a condenação do réu em obrigação de fazer ou não fazer, com a obrigação de indenização. Todavia, em relação ao dano estético, esse poderá ser cumulado com o dano moral, ainda que derivados de um mesmo fato e desde que sejam passíveis de identificação em separado.
- 75** Carlos é casado com Mariana, com quem teve cinco filhos. Numa viagem de avião acabou sofrendo um acidente e veio a óbito. Ao longo da união, ele e sua esposa tiveram diversos bens comuns e outros particulares.
Nessa linha, pode-se afirmar que se Mariana for beneficiado por testamento de Carlos, perderá automaticamente o direito à legítima.
- 76** Conforme disposições do Código Civil, os maiores de dezesseis anos têm capacidade testamentária ativa e outorgarão o testamento sem assistência do representante legal. No caso, age direta e pessoalmente, pois não pode o testador ficar sujeito à assistência, autorização ou anuência de quem quer que seja.

- 77** Conforme disposições da Lei n. 6.404/1976, o consórcio tem personalidade jurídica, respondendo os consorciados de forma solidária às obrigações que venham a ser assumidas por força do referido empreendimento.
- 78** Conforme disposições da Lei das Sociedades Anônimas, o acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder, como no caso de eleger administrador ou fiscal que sabe inapto, moral ou tecnicamente.
- 79** Sobre o tema preferências creditórias tratado no Código Civil, o Superior Tribunal de Justiça vem realizando uma releitura na sua jurisprudência, acerca da posição de determinados créditos em concurso de credores.
Nessa linha, pode-se afirmar que o crédito decorrente do IPTU prefere ao crédito condominial e este, ao hipotecário.
- 80** Conforme disposições do Código Civil, julgue o item a seguir.
A mera existência de grupo econômico, ainda que sem a presença do requisito de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

Direito Processual Civil

Lídia Marangon

- 81** A norma processual civil aplica-se imediatamente aos processos em andamento, respeitados os atos já praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a égide da legislação anterior.
- 82** O juiz está autorizado a antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela de mérito, apenas em casos de urgência.
- 83** A reclamação constitucional é um recurso que visa preservar a competência e garantir a autoridade das decisões do STF ou STJ.
- 84** O litisconsórcio só pode ser formado por determinação legal ou judicial.
- 85** A única hipótese de intervenção do MP no processo como fiscal do ordenamento jurídico é o caso de interesse de incapazes.
- 86** Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos sempre antes das partes.
- 87** A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- 88** Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses dos chefes do Poder Executivo.
- 89** Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- 90** No processo de execução, o exequente não tem o direito de desistir de apenas alguma medida executiva.

Direito Penal

Renato Pulz

- 91** Considerando o Princípio da Legalidade como real limitação ao arbítrio do poder estatal, são seus desdobramentos lógicos a irretroatividade da lei penal e a vedação ao uso da analogia, que devem ser aplicadas de forma absoluta.
- 92** O crime, conforme o conceito analítico proposto pelo finalismo, possui como um de seus substratos o fato típico, que sempre será composto por conduta, nexos causal, resultado e tipicidade.
- 93** Ao longo da história do Direito Penal, muitas foram as teorias para explicar a conduta, mas no Brasil é pacífico na doutrina que a teoria adotada pelo Código Penal sempre foi a finalista de Reinhart Frank, que afirma ser a conduta o comportamento humano voluntário que produz resultado no mundo exterior, sendo o dolo normativo.
- 94** A prática de fato típico em razão de obediência à ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico é hipótese de inexigibilidade de conduta diversa e pode excluir a culpabilidade do agente.
- 95** Ao considerarmos as teorias que tentam explicar o momento da transição dos atos preparatórios para os atos executórios, pode-se afirmar, conforme a jurisprudência, que não se pode falar em tentativa de roubo quando o agente que pretendia praticar o roubo foi surpreendido após romper o cadeado e destruir a fechadura da porta da casa da vítima; pois, adotando-se a teoria objetivo-formal, o rompimento de cadeado e a destruição de fechadura da porta da casa da vítima, com o intuito de efetuar subtração patrimonial da residência, configuram meros atos preparatórios que impedem a condenação por tentativa de roubo circunstanciado.
- 96** A ausência do liame subjetivo afasta o reconhecimento do concurso de pessoas, pois é necessário o liame subjetivo bilateral, ou seja, a reciprocidade de intenções.
- 97** A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- 98** Conforme a jurisprudência dos Tribunais superiores, o crime de falsificação de moeda não admite a aplicação do princípio da insignificância, nem a regra do arrependimento posterior.
- 99** O pagamento de remuneração a funcionários fantasmas configura crime contra a administração pública.
- 100** A lei que trata dos crimes hediondos, Lei n. 8.072/1990, foi recentemente alterada e finalmente o crime de tráfico de pessoas, em todas as suas modalidades, recebeu esse rótulo que permite um tratamento mais recrudescido aos condenados por esse tipo de crime.

Direito Processual Penal

Lorena Ocampos

- 101** A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.
- 102** No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- Sobre a revisão criminal, julgue os itens 103 e 104.**
- 103** A revisão criminal deverá ser requerida antes da extinção da pena.
- 104** De acordo com entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, é cabível revisão criminal nos processos de competência do Tribunal do Júri, desde que limitada ao juízo rescindente.
- 105** A respeito do instituto da colaboração premiada, prevista no art. 4º, *caput*, da Lei n. 12.850/2013, julgue o item a seguir.
A homologação de acordo de colaboração premiada fixa a competência para o processamento e julgamento dos fatos nele relatados.
- 106** A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, caso o total da pena aplicada seja igual ou superior a quinze anos.

Em relação ao procedimento fixado na Lei n. 8.038/1990, referente à competência originária dos Tribunais, julgue os itens 107 a 110.

- 107** O prazo para defesa prévia será de dez dias, contado do interrogatório ou da intimação do defensor dativo.
- 108** Não há previsão de sustentação oral para qualquer uma das partes no julgamento que deliberar sobre o recebimento da denúncia.
- 109** Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público terá o prazo de quinze dias para oferecer denúncia ou pedir arquivamento do inquérito ou das peças informativas.
- 110** Realizadas as diligências, ou não sendo estas requeridas nem determinadas pelo relator, serão intimadas a acusação e a defesa para, sucessivamente, apresentarem alegações escritas, no prazo de quinze dias.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

- 111** Osvaldo Marques é um trabalhador que, após ter implementado os requisitos legais, passou a receber o benefício de aposentadoria pelo INSS. Após isso, em virtude do falecimento de sua esposa, também segurada do RGPS, Osvaldo terá direito a receber cumulativamente o benefício de pensão por morte, hipótese em que as rendas dos benefícios serão somadas em sua integralidade.
- 112** Miriam Souza é professora de matemática. No período da manhã, ela dá aula numa escola particular com a qual possui vínculo de emprego. No período da tarde, ela dá aula numa escola pública municipal, na condição de servidora pública estatutária. Considerando que a CF/1988 permite o exercício cumulativo de dois cargos de professor, Miriam poderá obter a contagem recíproca do tempo de contribuição em relação aos seus dois vínculos.
- 113** Desde que expressamente prevista no convênio de adesão, será admitida a solidariedade entre patrocinadores ou entre instituidores, com relação aos respectivos planos de previdência complementar.
- 114** Os Conselhos Deliberativos das entidades fechadas de previdência complementar terão composição paritária, sendo integrado por 6 membros.
- 115** Mesmo na hipótese de caso fortuito ou força maior, a sentença trabalhista homologatória de acordo não poderá ser considerada início de prova material válida para fins de reconhecimento de tempo de serviço.

Direito Tributário

Renato Grilo

- 116** Considerando as normas do CTN e da Constituição Federal acerca do tributo e suas espécies, julgue o item a seguir.
O fato de uma pessoa jurídica de direito público não criar um tributo de sua competência constitucional abre a possibilidade para que essa prerrogativa seja extinta ou transferida para outro ente federativo.
- 117** Acerca das espécies tributárias, tal como dispõe a Constituição Federal e o CTN, julgue o item a seguir.
Embora a Constituição Federal preveja novas espécies tributárias, há disposição normativa expressa do CTN, segundo a qual os tributos são apenas impostos e taxas (teoria bipartite).
- 118** Sobre os institutos jurídicos do fato gerador e da obrigação tributária, à luz do CTN, julgue o item a seguir.
A obrigação acessória, prevista na legislação tributária, tem caráter autônomo em relação à regra matriz de incidência do tributo.
- 119** Sobre as garantias do crédito tributário, considerando as disposições do CTN, julgue o item a seguir.
O CTN permite à autoridade administrativa desconsiderar negócio jurídico praticado com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, observados os procedimentos legais estabelecidos.
- 120** Sobre a obrigação tributária, julgue o item a seguir.
Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Discursiva
Rafael de Oliveira

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados destinado ao estudo sobre o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros promoveu nesta quarta-feira (20) sua primeira audiência pública.

O psiquiatra Humberto Müller, de Rondônia, apresentou dados sobre o suicídio no Brasil e no mundo. Ele disse que acontecem 16 milhões de tentativas por ano no mundo. “No Brasil, acontece uma morte por suicídio a cada 45 minutos, mas para cada morte temos outras 20 tentativas. Os números são altos e preocupantes”, explicou.

Müller também chamou a atenção para o aumento nos casos de depressão e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) entre crianças e adolescente. Segundo ele, “4% dos adolescentes brasileiros apresentam sinais depressivos e 1 a cada 4 crianças já apresentou indícios da doença”.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Sobre o crime de instigação ao suicídio e partindo do texto acima, responda as questões abaixo:

- 1) Quais são os bens jurídicos tutelados neste crime?
- 2) Quanto ao sujeito ativo deste crime: trata-se de crime comum? Explique.
- 3) Se o sujeito passivo não tiver capacidade de resistência à prática do suicídio ou da automutilação, mesmo assim se configura o tipo do artigo 122?

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
5º SIMULADO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA**

FOLHA DE RESPOSTAS

Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15
Gabarito

Item 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
Gabarito

Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45
Gabarito

Item 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60
Gabarito

Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75
Gabarito

Item 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90
Gabarito

Item 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105
Gabarito

Item 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120
Gabarito

GRANXPERTS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts